MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
Coordenação-Geral de Sociobiodiversidade
COORDENAÇÃO DE FLORESTAS PRODUTIVAS

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 30879420260073-006646

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável
Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA**
Nome da autoridade competente: Moisés Savian
Número do CPF ou Matrícula SIAPE: 003.***.***-90
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental

b) UG SIAFI
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA – UG/Gestão:490002/00001**
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável
Nome do órgão ou entidade descentralizada: *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP*
Nome da autoridade competente: Silmário Batista dos Santos
Número do CPF ou Matrícula SIAPE: 085.***.***-14
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.*
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 31 de Março de 2025, publicado em 01 de Abril de 2025, seção 2, página 1.

b) UG SIAFI
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: *158154 / IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP/Gestão 27439*
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: *158154 / IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP/Gestão 27439*

3. OBJETO

Contribuir, a partir de atividades de pesquisa, capacitação e extensão, para o fortalecimento e implementação de iniciativas voltadas à recuperação produtiva de áreas degradadas visando o desenvolvimento rural sustentável, em consonância com os objetivos do Programa Nacional de Florestas Produtivas (Decreto N.º 12.087, de 03/07/2024), buscando identificar desafios e oportunidades para ampliar a execução do Programa Nacional de Florestas Produtivas no estado, mais especificamente para a ampliação do uso de sistemas agroflorestais como modelo de uso do solo para a produção de alimentos, essências florestais para fins medicinais e outros, considerando experiências anteriores e aspectos socioeconômicos e técnicos em assentamentos de Reforma Agrária e núcleos de agricultura familiar.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

As ações do projeto estão organizadas em quatro etapas interdependentes, que serão desenvolvidas em 10 regiões do estado. Cada etapa contempla um conjunto de objetivos, atividades e metas específicas e, como descrito a seguir.

ETAPA 1 — Caracterização da demanda para a produção de florestas produtivas

- Objetivo específico 1: mapear e dimensionar os mercados existentes e potenciais para os produtos da Sociobiodiversidade oriundos de Sistemas agroflorestais. (Relacionado aos incisos III e IV do Artigo 3º, e VI, VIII do Artigo 4º do Decreto nº 12.087, de 03/07/2024 - "Programa Nacional de Florestas Produtivas").

Consideramos aqui a definição de Produtos da Sociobiodiversidade apresentada pelo "PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE" (Brasília, julho de 2009), que é:

- "Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem".

Juntamente aos aspectos culturais na identificação das espécies com potencial de produção nos SAFs, consideramos o potencial de ampliação de mercado de algumas espécies, incluindo os mercados institucionais (PNAE, PPAIS E PAA), atacado, varejo e agroindústrias. Assim, indicamos previamente um conjunto de produtos - que posteriormente serão submetidos a uma avaliação junto aos grupos atendidos, sendo eventualmente alterados-, que são:

1) Café
2) Leite
3) Jussara/ espécies nativas
4) Cítricos
5) Erva- Mate
6) Banana
7) Madeiras para construção, movelaria e outros

Metas e ações associadas:

META 1 — Análise de Mercado e Mapeamento de Cadeias de Valor para 8 Espécies e 10 territórios

- Ação 1.1 - Levantamento e sistematização das demandas institucionais existentes para os produtos agropecuários/agroflorestais escolhidos.
- Ação 1.2 - Mapeamento de compradores, distribuidores, cooperativas e agroindústrias que atuam com produtos de origem agroflorestal, para as 10 regiões.
- Ação 1.3 - Análise de preços, volumes, padrões de qualidade e certificações exigidos pelos canais de comercialização para 8 carros-chefe.

Entregas relacionadas à META 1:

- Relatório de sistematização das demandas institucionais para os 8 produtos agroflorestais prioritários, com identificação de lacunas de fornecimento e volumes demandados por canal.
- Relatório integrado de mapeamento de mercado não institucional com: compradores, distribuidores, cooperativas e agroindústrias nas 10 regiões para cada produto prioritário, com ao menos 2 canais de comercialização de média ou larga escala identificados por região.
- Relatório de análise de cadeias de valor para 8 produtos agroflorestais, incluindo: padrões de qualidade e certificações exigidas, preços praticados, volumes absorvíveis, logística, etc.

ETAPA 2 — Caracterização de experiências produtivas em SAFs

- Objetivo específico 2: identificar e sistematizar experiências de produção agroflorestal já existentes no estado, com foco nas espécies de maior potencial, nas práticas de manejo empregadas e nos gargalos enfrentados. (Relacionado aos incisos I,III e IV do Artigo 3º, e incisos I e VII do Artigo 4º do Decreto nº 12.087, de 03/07/2024).

Nas diferentes regiões do estado de SP, ações promovidas principalmente por ONGs, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Universidades nas últimas décadas fomentaram o plantio de Sistemas Agroflorestais junto a assentamentos e agricultores familiares. Iremos resgatar tais experiências, utilizando também dados secundários de um projeto de monitoramento de ações de fomento de SAFs promovidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado, que está sendo conduzido por pesquisadores da ESALQ/USP, de forma a identificar os potenciais e os gargalos técnicos, assim como a necessidade de inserção de tecnologias para facilitar o manejo e aumentar o rendimento do trabalho e a produtividade dessas experiências.

Serão conduzidas análises laboratoriais para estabelecimento de parâmetros para certificação.

Metas e ações associadas:

META 2 — Estudo da cadeia produtiva de 8 espécies carros-chefe para Sistemas Agroflorestais

- Ação 2.1 - Levantamento de iniciativas de SAFs em funcionamento nas 10 regiões, com visitas técnicas e entrevistas com produtores e lideranças.
- Ação 2.2 - Levantamento de espécies produzidas em SAFs, identificando 8 espécies prioritárias e suas características agronômicas e de adequação ao SAF.
- Ação 2.3 - Sistematização de práticas e demandas de uso de bioinsumos e insumos minerais em SAFs, e de mecanização adaptada a SAFs.
- Ação 2.4 - Análise Laboratorial de materiais vegetais e de solos.

Entregas relacionadas à META 2:

- Relatório de sistematização de sistemas produtivos das principais espécies de produção em SAFs, com suas características agroecológicas, incluindo: gargalos técnicos, rendimento, mecanização, uso de insumos, etc.
- Relatório de resultados da análise de matérias primas vegetais e de solos nas áreas de SAF.

ETAPA 3 — Desenvolvimento de unidades demonstrativas de SAFs e adequação ambiental

- Objetivo específico 3: fortalecer unidades modelo de produção agroflorestal nos territórios, integrando diversidade produtiva, práticas agroecológicas, mecanização, bioinsumos e mecanismos de crédito e fomento. (Relacionado aos incisos I,II, III e IV do Artigo 3º, e incisos I, II, V, VII e IX do Artigo 4º do Decreto nº 12.087, de 03/07/2024).

Para a escolha das unidades demonstrativas que serão apoiadas com o fomento direto do projeto, serão selecionados locais nas regiões que:

- tenham a vocação social de difundir as práticas e inovações fomentadas pelo projeto no território;
- que tenham experiências prévias implantadas, com a intencionalidade de aperfeiçoar e ampliar as áreas de SAF;
- incluam um coletivo de famílias atuando com Sistemas agroflorestais com proximidade física, para troca de conhecimentos, uso compartilhado dos equipamentos e tecnologias fomentadas;

As unidades demonstrativas receberão fomento de insumos e mudas para novos plantios e enriquecimento de áreas já plantadas. Também será apoiada a introdução da produção de bioinsumos, como estratégia complementar de melhoria da fertilidade das áreas de SAF, as quais muitas vezes demoram para apresentar melhoras de fertilidade que atendam a expectativa do produtor.

Para otimização do trabalho nos SAFs, serão fornecidos equipamentos que promovam principalmente uma otimização do trabalho "regenerativo", ou seja, envolvendo produção e manejo da matéria orgânica e outras práticas regenerativas. Esses equipamentos têm como característica a possibilidade de atender a múltiplas famílias, sendo utilizados em uma escala microrregional, assim como podem também ser utilizados na restauração ecológica, ajudando a substituir a prática comum de uso de herbicidas em áreas em restauração. Eles serão definidos de acordo com os tipos de SAFs fomentados e cadeias produtivas dos territórios, podendo incluir:

- Trituradores de galhos tipo trincha, e outros;
- roçadeiras ecológicas - fazem a roçada e distribuição da palhada na linha das árvores;
- subsoladores agroflorestais - facilitam o preparo de áreas, com a incorporação de minerais juntamente à subssolagem de áreas muito compactadas;
- ensiladoras - fazem o corte e trituração de capins de porte alto, facilitando a obtenção de material para cobertura e compostagem;
- semeadoras de plantio direto - facilitam o plantio direto de pequenas áreas, reduzindo muito a necessidade de revolvimento do solo para o plantio e facilitando o Sistema de Plantio direto de Hortaliças (SPDH) e grãos;
- unidades de multiplicação de bioinsumos - para ganho na produção de bioinsumos líquidos;
- equipamentos para pulverização de bioinsumos - permitindo um maior rendimento no trabalho de pulverização de insumos biológicos líquidos;
- etc.

Os projetos técnicos de plantio de SAF, aprimorados para diferentes sistemas produtivos, servirão de base para que a equipe de articuladores regionais atue junto a outras famílias em seus territórios de atuação, difundindo os projetos de planejamento de SAF para outras unidades familiares. Serão elaborados projetos de intensificação agroflorestal para 270 unidades familiares, de acordo com as demandas e cadeias produtivas locais. Estes projetos buscarão orientar tecnicamente as famílias, e incluirão um plano de negócio, incluindo previsão de custos e retorno, podendo ser utilizados como para solicitação de crédito junto às instituições identificadas na ação anterior.

Em relação ao crédito, serão trabalhados planos de negócio de produção agroflorestal num formato que seja adequado para a obtenção de crédito voltado ao setor. Paralelamente, junto a agências bancárias e outras instituições de crédito, serão levantados quais os gargalos e demandas para ampliar a aprovação de projetos agroflorestais. Consideramos que, com o amadurecimento das possibilidades de comercialização e dos projetos técnicos produtivos em SAFs, se torne mais claro e seguro para as agências financiadoras poderem aprovar tais modalidades de crédito.

Além dos projetos de SAFs produtivos, as equipes em campo irão ajudar a promover a adequação ambiental das comunidades, identificando em seus territórios áreas degradadas em APPs e Reservas Legais. Para essas áreas serão feitos diagnósticos e planos executivos de restauração, incluindo a marcação de polígonos, de forma a facilitar a articulação com ONGs que atuam com restauração e a captação de recursos para tal. Além dos critérios biofísicos para estabelecimento dos projetos de restauração, será realizado uma articulação com associações e grupos locais, buscando entender o potencial de estabelecimento de ações participativas de restauração envolvendo a comunidade, e preferencialmente refletindo sobre características desejáveis dos projetos de restauração, para que também possam trazer um impacto socioeconômico positivo para as comunidades - como por exemplo o fomento de SAFs produtivos, a criação de viveiros ou a doação de equipamentos-, em consonância com as características do Programa Florestal Produtivas. Serão elaborados planos executivos para restauração de pelo menos 700 hectares. Como exemplo de fundos que podem patrocinar a implantação dos projetos elaborados, destacamos o FEHIDRO (Fundo estadual de Recursos Hídricos), que eventualmente publica editais para restauração ecológica, assim como o Programa Nascentes do Governo do Estado de São Paulo, que é uma plataforma que conecta empresas que precisam fazer compensações ambientais (como plantio de árvores) com proprietários rurais que possuem áreas degradadas e ONGs executoras. Estes e outro fundos demandam projetos técnicos para solicitação de recursos, assim como poderão ser estabelecidas parcerias com ONGs do setor.

Metas e ações associadas:

META 3— Planejamento de SAFs de referência e apoio à articulação de financiamento para 270 hectares de SAF e 700 hectares de restauração ecológica

- Ação 3.1 - Seleção participativa e planejamento de implantação de SAFs para 20 unidades de referência.
- Ação 3.2 - Identificação e discussão de gargalos para o acesso a créditos agroflorestais (PRONAF e FEAP).
- Ação 3.3 - Elaboração e validação de planos de negócio de referência para apoiar a contratação de Projetos de Crédito Agroflorestal;
- Ação 3.4 - Elaboração de projetos técnicos e com projeção econômica de SAFs produtivos para 270 famílias, em 270 hectares;
- Ação 3.5 - Elaboração de planos executivos de restauração ecológica para 700 hectares de APPs e Reservas Legais;
- Ação 3.6 - Identificação e articulação de ONGs e de potenciais fundos de financiamento para o fomento de SAFs e restauração nos territórios.

Entregas relacionadas à META 3:

- Diagnóstico e planejamento de implantação de 20 unidades demonstrativas de SAFs;
- Relatório de identificação de gargalos e propostas para ampliação de créditos voltados à restauração produtiva;
- Estudos de viabilidade financeira para SAFs voltados a 8 carros chefe produtivos;
- Projetos técnicos com projeção econômica de SAFs produtivos para 270 unidades de produção familiar, em 270 hectares.
- Projetos executivos para 700 hectares de restauração produtiva, incluindo áreas protegidas e áreas de uso consolidado.
- Relatório de identificação de ONGs e fundos patrocinadores para implantação de projetos de restauração produtiva.

META 4— Implantação e/ou fortalecimento de 20 unidades modelo de produção.

- Ação 4.1 - Implantação de 20 áreas modelo de produção.
- Ação 4.2 -Introdução e teste de tecnologias de mecanização adaptadas ao manejo agroflorestal (trituradores de galhos, roçadeiras, subsoladores agroflorestais).
- Ação 4.3 - Aplicação experimental de bioinsumos em unidades demonstrativas, com monitoramento de resultados produtivos.
- Ação 4.4 - Monitoramento das unidades modelos implantadas.

Entregas relacionadas à META 4:

- Relatório da implantação de 20 unidades de referência em SAFs (espécies, fotos, polígono em KMZ), e elaboração do plano de manejo dos mesmos;
- Relatório de aquisição de equipamentos adquiridos e testes de rendimento em uso dos mesmos, nos 10 territórios;
- Relatório de monitoramento do uso bioinsumos e insumos minerais nas unidades de referência.

ETAPA 4 — Desenvolvimento de planos de negócio de industrialização, logística e comercialização

- Objetivo específico 4: desenhar e planejar 10 projetos de beneficiamento e comercialização que viabilizem o escoamento da produção das unidades demonstrativas em escala comercial sustentável. (Relacionado aos incisos III e IV do Artigo 3º, e incisos VI, VIII e IX e VII do Artigo 4º do Decreto nº 12.087, de 03/07/2024).

O apoio no desenvolvimento de negócios para os grupos atendidos tem um aspecto estratégico central e inovador para potencializar a demanda de produtos de base agroflorestal, aumentando assim em muito a perspectiva de que mais famílias possam adotar essa estratégia produtiva no planejamento de suas unidades familiares.

Assim, os projetos de beneficiamento e comercialização levarão em consideração a possibilidade de inclusão de um número entre 15 a 50 famílias como fornecedoras de matéria prima oriunda dos sistemas, indicando também estratégias para ampliação de escala. Entre os itens a serem considerados nesses projetos de captação podemos ter estruturas e máquinas para agroindustrialização, desenvolvimento de produtos, transporte de logística, capacitação em cooperativismo,

Como estratégia de captação para implementação dos projetos, temos em vista que os projetos elaborados possam se adequar para captação em diferentes tipos fontes, incluindo fundo perdido, blended finance, créditos e doações. Entre os potenciais patrocinadores a serem explorados temos:

- Programa Ecoforte — Fundação Banco do Brasil + BNDES
- BNDES Fundo Socioambiental
- Fundo Casa Socioambiental
- Programa SP Produz- Programa Estadual de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Locais;
- Fundo Socioambiental Caixa
- Pronaf Agroindústria
- FEAP (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista)
- Estratégias de crowd funding

Metas e ações associadas:

META 5 — Dimensionamento de 10 projetos de beneficiamento de produtos agroflorestais e suporte para captação de financiadores.

- Ação 5.1 - Elaboração de 10 planos de negócio para unidades de beneficiamento de produtos agroflorestais, incluindo análise de viabilidade econômica, investimentos necessários, regularização sanitária, equipamentos e capacidade produtiva.
- Ação 5.2 - Desenvolvimento de estratégias de inserção nos mercados institucionais (PNAE, PAA) e nos mercados privados (cooperativas, varejo especializado).
- Ação 5.3 - Identificação e apoio para captação junto a 5 potenciais parceiros para financiamento de agroindústrias.

Entregas relacionadas à META 5:

- 10 planos de negócio para unidades de beneficiamento de produtos agroflorestais, incluindo estratégias de inserção em mercados institucionais e privados;
- Estruturação de projetos de captação de financiamento para implementação das estruturas de beneficiamento, direcionados para 5 fundos financiadores.

ETAPAS 1,2,3,4

- Objetivo específico 5: promover a troca de conhecimentos e estruturar a gestão técnica e administrativa do projeto. (Relacionado aos incisos I,II, III e IV do Artigo 3º, e incisos I, II, IV, VI, VII, VIII e IX do Artigo 4º do Decreto nº 12.087, de 03/07/2024).

A partir das ações e articulações territoriais, serão realizados encontros regionais e estaduais para compartilhamento dos aprendizados gerados pelo projeto. Nesses eventos, além da ampliação do debate e difusão nos territórios, serão discutidos quais fatores são importantes para o estabelecimento de projetos de fomento à adoção de SAFs e restauração ecológica. Serão convidadas ONGs que atuam no estado com estes temas, assim como representantes de fundos socioambientais e de agências bancárias e de crédito, estabelecendo uma maior abertura e nivelamento para a definição de novos projetos, assim como critérios para a elaboração e aprovação de créditos voltados a SAFs. Após estes eventos, serão articuladas reuniões específicas com as ONGs e agências patrocinadoras para sistematização de demandas e possibilidades de acordo com as especificidades de cada ator para apoiar as cadeias produtivas de SAFs e ações de restauração.

A equipe de coordenação e gestão, assim como o corpo de pesquisadores convidados, atuarão em conjunto para orientar e nivelar metodologicamente as equipes de campo para realização das diferentes etapas do projeto, assim como garantirão a execução transparente dos recursos, com os devidos controles de processos e registros de documentos fiscais e técnicos para aferição da execução do projeto, assim como para divulgação dos apresnizados e resultados obtidos.

Metas e ações associadas:

META 6— Divulgação e Troca de conhecimentos com 1000 agricultores e técnicos

- Ação 6.1 - Realização de 20 dias de campo, intercâmbios entre produtores e capacitações técnicas nas unidades demonstrativas, com a participação de 200 famílias.
- Ação 6.2. - Realização de dois eventos estaduais de troca e apresentação de conhecimentos adquiridos, para 800 participantes.

Entregas relacionadas à META 6:

- Relatório de execução (fotos, sistematização das discussões, propostas e encaminhamentos) listas de presença da participação de 1000 agricultores familiares em oficinas e eventos de formação e troca.

META 7 — Estruturação e Gestão do Projeto

- Ação 7.1 - Nivelamento metodológico e supervisão da equipe para execução de cada etapa.
- Ação 7.2 - Bolsa para Coordenação Geral.
- Ação 7.3 - Bolsa para Coordenação Adjunta.
- Ação 7.4 - Bolsa para Coordenador Técnico Estadual.
- Ação 7.5 - Disponibilização de estrutura de logística — aluguel de veículos.
- Ação 7.6- Disponibilização de estrutura de logística — Combustível.
- Ação 7.7 - Disponibilização de estrutura de logística — Pedágios.
- Ação 7.8 - Diárias para custeio de campo.
- Ação 7.9 - Transporte Coletivo.
- Ação 7.10 - Estruturação Administrativa — Fundação de Apoio IFSP.

Entregas relacionadas à META 7:

- Relatório de ações de nivelamento metodológico, acompanhamento de equipes de campo e consultores, sistematização dos processos;
- Comprovantes de execução financeira;
- Relatório final do projeto.

EQUIPES INTEGRADAS

Para execução do TED prevemos a participação de grupos de pesquisa e extensão vinculados Universidades estaduais e federais que têm comprovado foco no desenvolvimento dos temas relacionados no projeto e em ações de pesquisa e extensão rural voltados à agricultura familiar no estado, incluindo entre eles:

1. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP): colaboração no mapeamento e na caracterização dos sistemas produtivos em agroflorestas desenvolvidas em assentamentos da reforma agrária, contribuindo para a organização das informações e o aprimoramento das estratégias de produção, e desenvolvimento de estratégias de pesquisa e monitoramento.

2. Embrapa Florestas e o Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de erva-mate – CEDErva: colaboração ao longo de todas as etapas do projeto voltadas à produção de variedades nativas de erva-mate (Ilex paraguariensis) no Vale do Ribeira (Alto Vale), desde o mapeamento e seleção de variedades, a produção de mudas em viveiro e o cultivo em sistemas agroflorestais, até o fortalecimento das estratégias de comercialização e desenvolvimento de mercado.

3. Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo: colaboração na seleção de espécies nativas com potencial medicinal e fitoterápico, priorizando aquelas mais adaptadas a sistemas agroflorestais produtivos, considerando aspectos de desenvolvimento, manejo, produção de compostos bioativos e oportunidades no mercado de fitoterápicos.

4. Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (FEAGRI-Unicamp): colaboração no desenvolvimento e aprimoramento da produção de bioinsumos voltados a sistemas agroflorestais.

5. Instituto Federal de São Paulo: colaboração no desenvolvimento e nas pesquisas relacionadas à sistemas agroflorestais, produção de bioinsumos e experiência em trabalhar em assentamentos e quintais produtivos.

A participação dessas instituições de pesquisa ocorrerá no desenvolvimento de etapas específicas do projeto, conforme sua área de atuação e abrangência temática e/ou territorial. As parcerias também poderão incorporar iniciativas e projetos complementares, contribuindo para o fortalecimento e a ampliação dos resultados da proposta.

QUADRO 1: NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	
Beneficiários diretos (Implantação e planejamento de SAF, equipamentos, eventos e oficinas)	1210
Beneficiários indiretos (Projetos de Agroindústria e escoamento da produção)	1500
TOTAL	2710

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

Vivemos um momento histórico no qual as mudanças climáticas afetarão profundamente as práticas e sistemas agrícolas. Frente a isso, os sistemas agroflorestais (SAFs) — entendidos como uma ampla gama de possibilidades de inserção do elemento arbóreo em diferentes sistemas produtivos — emergem como alternativas potencialmente capazes de mitigar e trazer adaptabilidade às mudanças climáticas. Isso se deve, em grande medida, à capacidade que esses sistemas têm de modificar favoravelmente o microclima das propriedades rurais. A presença de árvores nos SAFs proporciona melhor controle de temperatura, da umidade relativa do ar e da umidade do solo — fatores que se tornam cada vez mais críticos em um cenário de eventos climáticos extremos. Estudos desenvolvidos por diferentes grupos de pesquisa constataram diferenças de 2°C a 15°C a menos dentro de SAFs em relação a áreas abertas, especialmente nos horários de maior incidência solar. Essa capacidade de atenuar os extremos térmicos contribui não apenas para maior resiliência das plantas cultivadas, mas também para uma maior produtividade, o que representa um diferencial importante frente às projeções de aumento de temperatura e intensificação das secas.

Além da regulação térmica, a presença das árvores reduz a velocidade dos ventos e atenua os impactos de eventos climáticos extremos. Esse efeito de quebra-vento diminui a entrada de doenças e o estresse sobre as culturas e animais. É reduzida também a taxa de evapotranspiração, contribuindo para a manutenção da umidade e reduzindo a necessidade de irrigação, especialmente nos períodos de estiagem. A cobertura do solo, o aumento da matéria orgânica e da taxa de enraizamento favorecem também a supressão da erosão, o melhoramento na infiltração e retenção da água no solo. Trata-se, portanto, de uma abordagem que opera em múltiplas escalas simultaneamente — ao nível da planta, ao nível da propriedade e ao nível da paisagem —, conferindo ao produtor uma maior margem de segurança e de adaptação às incertezas climáticas.

Em termos produtivos, os SAFs trazem maior versatilidade para a propriedade. Pode-se desenvolver sistemas orientados à produção integrada de grãos, hortaliças, frutas, madeira, e também voltados à integração animal.É possível estabelecer um escalonamento temporal de colheitas, das espécies anuais às perenes, possibilitando a produção para autoconsumo e comercialização desde os primeiros anos, até o estabelecimento de sistemas perenes com outros produtos. Destaca-se os benefícios reconhecidos dos sistemas ILPF (integração Lavoura Pecuária Floresta) para produção de gado. Outro modelo produtivo mais bem estabelecido é o café florestal. Podemos citar a importância do pasto apícola, o potencial para uma produção agroecológica de frutas nativas e exóticas, além de outros sistemas.

Contudo, apesar de todo esse potencial, projetos de fomento a sistemas agroflorestais realizados nas últimas décadas no estado de São Paulo não alcançaram suficientemente a viabilidade técnica e econômica. Um projeto de monitoramento de SAFs realizado pela SEMIL (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de SP) identificou dois gargalos centrais que dificultam a manutenção dos sistemas implantados e a geração dos benefícios esperados: o restrito conhecimento sobre os sistemas e a falta de apoio técnico — especialmente no que se refere à capacitação; as questões relacionadas à comercialização - muito dependentes do PAA.

Compreendemos a importância da valorização de uma ampla biodiversidade para segurança alimentar e atendimento de mercados específicos (venda direta, PAA, feiras, grupos de consumo, etc.). Contudo, partimos do entendimento de que os mercados que tipicamente absorvem essa alta diversidade são restritos, e que para ganhar escala no uso de sistemas agroflorestais como modelos viáveis de uso do solo nos territórios, se faz necessário apoiar e, também, fomentar a articulação de mercados de maior escala, almejando estabelecer uma demanda maior que justifique a ampliação do uso dos SAFs.

Outras cadeias produtivas como a da erva-mate também podem se adaptar muito bem ao ambiente florestal, podendo tornar-se um carro-chefe de uma economia baseada em produtos florestais. Contudo, muitas dessas matérias-primas ainda são inacessíveis por falta de fornecedores. Essas matérias-primas precisam ser produzidas de forma orgânica e, muitas vezes, constituídas da parte vegetativa das plantas — indicando seu potencial de produção em SAFs, tanto pelo maior equilíbrio ecológico quanto pelo fato de que materiais vegetativos podem ser produzidos em ambientes com maior grau de sombreamento, diferentemente de frutos que demandam maior insolação.

Considerando os aspectos técnicos, além da assistência técnica, alguns modelos de SAFs demandam excessivamente o uso da mão de obra. Tomando em perspectiva, por muitas décadas foi fomentado o uso de implementos como grades e arados, os quais facilitam sobremaneira o preparo do solo mecanizado em grandes áreas, mas que com o revolvimento excessivo do solo causaram a degradação do mesmo, reduzindo a matéria orgânica, eliminando a cobertura, etc. Por outro lado, o uso de SAFs ainda se baseia quase totalmente no trabalho manual, com baixo rendimento, incorporando ainda a lógica de regeneração dos solos degradados a partir do aporte de matéria orgânica a partir de árvores. Comparativamente à agricultura convencional, o rendimento do trabalho do agricultor nos SAFs fica em em grande desvantagem, sendo necessário introduzir equipamentos para mecanizar parte do trabalho, com destaque para o trabalho voltado à regeneração do sistema, tal como as atividades de manejo da matéria orgânica (podas e trituração de galhos). O aporte de bioinsumos e insumos minerais também têm uma importância estratégica como um complemento para superar as deficiências de fertilidade pontuais, e otimizar a produtividade de forma sustentável.

No estado de SP, diversas ações desenvolvidas por ONGs e instituições públicas têm promovido ações de restauração ecológica em áreas de assentamentos da reforma agrária. Segundo dados organizados pelo Observatório da Restauração, o estado de São Paulo lidera o ranking de estados brasileiros em áreas restauradas, com 51.200 ha de áreas restauradas desde o ano de 2008 (https://observatoriodarestauracao.org.br/principais-dadose). Apesar disso, a cobertura vegetal nativa na região do planalto ocidental é muito insuficiente, sendo necessárias ações para ampliar a restauração ecológica de áreas protegidas pela lei ambiental.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

As ações do projeto serão realizadas em 10 regiões do estado, em territórios de reforma agrária e agricultura familiar, que foram definidos considerando tanto o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo, como também a divisão de regiões de atuação do INCRA, o que facilitará a interação com as equipes que atendem os assentamentos de reforma agrária. São elas:

1) Vale do Ribeira
2) Vale do Paraíba
3) Grande São Paulo / Baixada Santista
4) Sorocaba / Campinas
5) Sudoeste Paulista
6) Mogiana / Mantiqueira
7) Iaras / Bauru
8) Noroeste Paulista
9) Pontal do Paranapanema
10) Ribeirão Preto

Essas regiões abrangem dois contextos ecorregionais bastante distintos para a agricultura familiar.

A região do Vale do Ribeira está inserida no domínio da Mata Atlântica, com predominância de Floresta Ombrófila Densa, com alguns dos maiores maciços preservados do Bioma, em regiões de temperatura elevada e elevada pluviosidade — seus mais de 2,1 milhões de hectares de florestas representam aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica existentes no Brasil, tornando-a a maior área contínua desse ecossistema no país. O Vale do Ribeira é também uma região com elevada pobreza. Observamos a presença de aproximadamente 50 comunidades quilombolas, além de aldeias indígenas Guarani e comunidades caiçaras, conformando uma diversidade cultural e de sistemas agrícolas tradicionais de rara riqueza. Há também assentamentos de reforma agrária e a agricultura familiar e de médio e grande porte atuando na bananicultura - principal atividade comercial do território - além do palmito pupunha, ostreicultura e chás. Neste território estão presentes iniciativas de construção de cadeias produtivas de polpa de espécies nativas (como juçara e cambuci), e cabe destacar a COOPERAFLORESTA, que há mais de 30 anos atua com SAFs. Contudo, para ganhar escala, é preciso ampliar as opções produtivas e as técnicas de manejo adaptadas aos SAFs da região.

Em contraste, a região do Planalto Ocidental Paulista, que cobre praticamente metade do estado, originalmente com domínio da Floresta Estacional Semidecidual e áreas de Cerrado, com uma estação de chuvas e outra de seca bem definidas. Nesta região a perda da vegetação original foi bem mais intensa devido às mudanças do uso do solo para áreas agrícolas: somente 7% da área original da floresta estacional e 1% da área do Cerrado encontram-se preservadas, indicando uma alta demanda por ações de recuperação de áreas degradadas. Junto a isso, os impactos da seca e das altas temperaturas têm se tornado cada vez mais visíveis nesta região.

No Vale do Paraíba, a atual estrutura fundiária é fruto da decadência do café, quando as grandes fazendas foram progressivamente retalhadas em partilhas e heranças, resultando em uma região marcada por pequenas propriedades e produção agropecuária marcadamente familiar, com presença de assentamentos de reforma agrária em municípios como São José dos Campos, Lagoinha, Taubaté e Tremembé. As principais culturas praticadas pela agricultura familiar são leite, milho, banana, arroz e hortaliças. A região conta com diversas ONGs e uma Rede Agroflorestal, que vêm articulando produtores rurais, assentados e pesquisadores em torno da transição agroecológica, uso de SAFs e restauração ecológica. O desafio central é a pressão urbana e industrial intensa, que compete com o uso agrícola da terra e dificulta a permanência dos jovens no campo, assim como uma tradição de pecuária ainda pouco aberta para práticas mais sustentáveis de uso do solo.

A região da Grande São Paulo / Baixada Santista apresenta um perfil socioambiental singular no contexto do estado. Do ponto de vista ambiental, toda a região está inserida na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo — reconhecida pela UNESCO em 1994 —, que abrange 78 municípios, incluindo integralmente a Região Metropolitana de São Paulo e quase integralmente a da Baixada Santista, com predominância do bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, além de áreas de Cerrado. Do ponto de vista produtivo, o cinturão verde é responsável pela produção de mais de 70% das hortaliças consumidas no município de São Paulo, sendo mais da metade dessa produção proveniente da agricultura familiar. A agricultura periurbana cumpre duplo papel: abastecer uma das maiores metrópoles do mundo com alimentos frescos e conter o avanço da urbanização sobre os remanescentes florestais. Os principais desafios são a especulação imobiliária crescente, a pressão para venda de terras e a dificuldade de permanência dos jovens no campo — fatores que ameaçam tanto a produção de alimentos quanto a conservação dos mananciais hídricos que abastecem a metrópole. Os Assentamentos de reforma agrária nessa região já buscam incorporar a agroecologia e os SAFs como referências para a produção, enfrentando desafios estruturais, organizacionais e técnicos.

Na região Sorocaba–Campinas, a agricultura familiar convive com a forte presença do agronegócio de cana-de-açúcar e eucalipto, além da pressão dos centros urbanos de Sorocaba e da Região Metropolitana de Campinas, que abrem possibilidades de mercado mas também competem pela mão de obra no meio rural. Existe a forte presença da agricultura familiar em alguns municípios da região, ao lado de grandes centros urbanos, assim como assentamentos de reforma agrária em Iperó, Itapetininga, Porto Feliz, Americana, Limeira, Mogi Mirim, tendo como principais atividades a pecuária leiteira, a horticultura e a fruticultura. O acesso a mercados institucionais como o PNAE e o PAA é um dos principais vetores de viabilidade econômica para esses agricultores, mas a execução dessas políticas públicas pelas cooperativas ainda é um desafio estrutural. Na região a atuação de ONGs e Universidades têm promovido ações em prol dos Sistemas Agroflorestais, restauração e transição agroecológica, mas ainda enfrentando desafios para sua consolidação.

O Sudoeste Paulista — que inclui municípios como Itapeva, Itaberá, Itararé e Paranapanema — é historicamente conhecido como o "ramal da fome", sendo uma das regiões menos desenvolvidas do estado e com as maiores discrepâncias entre pequenos e grandes produtores rurais. A agricultura familiar tem longa tradição na região, com produção diversificada de feijão, milho, leite e hortaliças. Os assentamentos de Itapeva, com sete agrovilas e cerca de 450 famílias assentadas, são referência nacional na organização cooperativa da produção, com experiências consolidadas em beneficiamento de grãos e plantas medicinais. Apesar disso, o acesso ao mercado permanece o principal gargalo, com os produtores ainda dependentes da merenda escolar como principal canal de escoamento. Experiências pontuais com SAFs apoiadas por universidades e EMBRAPA também tiveram dificuldade em se multiplicar no território.

Na região da Mogiana, que abrange municípios como Franca, Batatais, Altinópolis e São João da Boa Vista, a cafeicultura familiar tem papel histórico e econômico central. A Alta Mogiana é considerada o principal pólo cafeeiro do estado de São Paulo, com condições edafoclimáticas excepcionais — altitude, solos profundos e clima com estações bem definidas — que determinam a reconhecida qualidade da bebida produzida na região. Além do café, a região apresenta produção de cana-de-açúcar, pecuária e horticultura.

A região de Iaras–Bauru concentra um expressivo núcleo de assentamentos da reforma agrária, com 17 assentamentos em 12 municípios e aproximadamente 1.478 famílias, que produzem principalmente mandioca, hortaliças, frutas, leite e café. A região tem se destacado recentemente por iniciativas de transição agroecológica apoiadas pelo INCRA e pela UFSCar, e outras ações. O principal desafio é a precariedade da infraestrutura nos assentamentos, assim como o acesso a mercados.

A região de Ribeirão Preto representa um dos maiores paradoxos agrários do estado: sendo um dos territórios de maior riqueza agrícola do Brasil, é também palco de intenso conflito fundiário entre o agronegócio canavieiro e a agricultura familiar. A cana-de-açúcar já ocupa mais de 70% da área cultivada na região de Ribeirão Preto, e o conflito é acirrado entre as instituições de proteção ambiental e os latifundiários, com consequências socioeconômicas como a expulsão dos agricultores familiares de suas terras e o aumento do desemprego.Há diversas experiências de adoção da agroecologia e dos SAFs como estratégia produtiva nos assentamentos de reforma agrária da região— a exemplo do Assentamento Mário Lago e do Assentamento Sepé Tiaraju. A produção é voltada principalmente para hortaliças, frutas e culturas diversificadas, com escoamento via venda direta e mercados institucionais. O principal desafio é a pressão constante do agronegócio sobre as áreas de assentamento, somada às restrições ambientais relacionadas à proteção do Aquífero Guarani, que requer práticas produtivas de baixo impacto e torna os SAFs uma solução especialmente estratégica para essa região.

No Noroeste Paulista, que compreende as Regiões Administrativas de Araçatuba e São José do Rio Preto, a agricultura familiar coexiste com a pecuária extensiva e o avanço da cana-de-açúcar. As Regiões Administrativas de Araçatuba e Presidente Prudente com forte presença de assentamentos de reforma agrária. Na porção noroeste, a produção leiteira é o principal carro-chefe dos assentamentos, com destaque para Andradina, onde cooperativas de assentados chegam a produzir volumes expressivos de leite por dia. O principal desafio socioeconômico é o isolamento geográfico e a dependência de poucos compradores para o escoamento da produção, o que fragiliza o poder de negociação das famílias assentadas.

O Pontal do Paranapanema é o território com maior densidade de assentamentos de reforma agrária do estado e um dos mais expressivos do país, concentrando 117 assentamentos rurais com cerca de 7 mil famílias camponesas em aproximadamente 170 mil hectares conquistados para a reforma agrária. A produção é diversificada — com destaque para leite, mandioca, milho, feijão e hortifrutigranjeiros —, mas enfrenta sérios gargalos de comercialização e dependência de programas públicos de aquisição de alimentos. Os índices socioeconômicos da região estão entre os mais baixos do estado, com municípios que figuram no grupo de menor desenvolvimento humano e maior concentração de renda do interior paulista. Ao mesmo tempo, o Pontal tem sido palco de experiências inovadoras em agrofloresta e agroecologia, com apoio de instituições como o IPÊ e a ESALQ/USP.

Em todos esses territórios, apesar de experiências pontuais ou de média escala no apoio à transição agroecológica e inserção de Sistemas Agroflorestais, há o grande predomínio do modelo produtivo convencional e fortemente dependente de insumos industriais para a agricultura familiar, e baixa inserção do elemento arbóreo. Para que o uso de sistemas agroflorestais se torne uma possibilidade efetiva e escalável nos territórios da agricultura familiar, são necessárias a compreensão da demanda dos produtos com maior potencial de mercado e de produção nesses tipos de sistemas, bem como a inserção de tecnologias e desenhos que otimizem a mão de obra, tanto no manejo das áreas como no beneficiamento dos produtos.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?
(x)Sim
( )Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:
(x) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
( ) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2°)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?
(x)Sim
( )Não
O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos:
1. Taxa administrativa (despesas operacionais e administrativas, conforme Lei nº. 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Decreto nº 9.283, de 7) para dar agilidade a procedimentos, como a contratação de alguns serviços necessários à execução das ações previstas

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

QUADRO 2: CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	QTD.	Valor Unit.	Valor tot.	Início	Fim
META 1	**Análise de Mercado e Mapeamento de Cadeias de Valor para 8 Espécies e 10 territórios**						
Ação 1.1	Levantamento e sistematização das demandas institucionais existentes (PNAE/PAA) para produtos agropecuários/agroflorestais.	Horas de consultor	130	R$ 335	R$ 43,550	19/10/26	01/11/26
Ação 1.2	Mapeamento de compradores, distribuidores, cooperativas e agroindústrias que atuam com produtos de origem agroflorestal, para as 10 regiões.	Horas de consultor	130	R$ 335	R$ 43,550	19/10/26	01/12/26
Ação 1.3	Análise de preços, volumes, padrões de qualidade e certificações exigidos pelos canais de comercialização para 8 carros chefe.	Horas de consultor	130	R$ 335	R$ 43,550	19/10/26	01/01/27
META 2	**Estudo da cadeia produtiva de 8 espécies carros-chefe para Sistemas Agroflorestais**						
Ação 2.1	Levantamento de iniciativas de SAFs em funcionamento nas 10 regiões, com visitas técnicas e entrevistas com produtores;	Equipe de campo/Mês	2	R$ 124,600	R$ 249,200	19/10/26	30/10/26
Ação 2.2	Levantamento de espécies produzidas em SAFs, identificando 8 espécies prioritárias e suas características agronômicas e de adequação ao SAF	Equipe de campo/Mês	2	R$ 124,600	R$ 249,200	19/10/26	01/03/27
Ação 2.3	Sistematização de práticas e demandas de uso de bioinsumos e insumos minerais em SAFs, e de mecanização adaptada a SAFs.	Equipe de campo/Mês	2	R$ 124,600	R$ 249,200	01/11/26	01/10/27
Ação 2.4	Análise Laboratorial de materiais vegetais e de solos.	Unidade	480	R$ 80	R$ 38,400	19/10/26	01/12/27
META 3	**Planejamento de SAFs de referência e apoio à articulação de financiamento para 270 hectares de SAF e 600 hectares de restauração ecológica**						
Ação 3.1	Seleção e planejamento de implantação de SAFs para 20 unidades de referência;	Equipe de campo/Mês	2	R$ 124,600	R$ 249,200	19/10/26	30/10/26
Ação 3.2	Identificação e discussão de gargalos para o acesso a créditos agroflorestais (PRONAF E FEAP);	Pesquisadores/mês	2	R$ 5,000	R$ 10,000	01/04/27	01/09/27
Ação 3.3	Elaboração e validação de planos de negócio de referência para apoiar a contratação de Projetos de Crédito Agroflorestal;	Pesquisadores/mês	1	R$ 5,000	R$ 5,000	01/04//27	01/09/27
Ação 3.4	Elaboração de projetos técnicos e com projeção economica de SAFs produtivos para 250 famílias, em 200 hectares;	Equipe de campo/Mês	3	R$ 124,600	R$ 373,800	01/01/27	01/05/28
Ação 3.5	Elaboração de planos executivos de restauração ecológica para 600 hectares de APPs e Reservas Legais;	Equipe de campo/Mês	5	R$ 124,600	R$ 623,000	01/01/27	01/05/28
Ação 3.6	Identificação e articulação de ONGs e de potenciais fundos de financiamento para o fomento de SAFs e restauração nos territórios	Pesquisadores/mês	2	R$ 5,000	R$ 10,000	01/07/27	01/02/28
META 4	**Implantação e/ou fortalecimento de 20 unidades modelo de produção.**						
Ação 4.1	Implantação de 20 áreas modelo de produção.	Área Modelo	20	R$ 10,500	R$ 210,000	01/02/27	01/11/27
Ação 4.2	Introdução e teste de tecnologias de mecanização adaptadas ao manejo agroflorestal (trituradores de galhos, roçadeiras, subsoladores agroflorestais);	Kit de Equipamentos	10	R$ 50,000	R$ 500,000	01/07/27	01/05/28
Ação 4.3	Aplicação experimental de bioinsumos em unidades demonstrativas, com monitoramento de resultados produtivos;	Equipe de campo/Mês	2	R$ 124,600	R$ 249,200	01/11/27	01/02/28
Ação 4.4	Monitoramento das unidades modelos implantadas	Equipe de campo/Mês	2	R$ 124,600	R$ 249,200	01/11/27	01/05/28

META 5	**Dimensionamento de 10 projetos de beneficiamento de produtos agroflorestais e suporte para captação de financiadores.**						
Ação 5.1	Elaboração de 10 planos de negócio para unidades de beneficiamento de produtos agroflorestais, incluindo análise de viabilidade econômica, investimentos necessários, regularização sanitária, equipamentos e capacidade produtiva;	Horas de consultor	350	R$ 335	R$ 117,2500	01/07/27	01/02/28
Ação 5.2	Desenvolvimento de estratégias de inserção nos mercados institucionais (PNAE, PAA) e nos mercados privados (cooperativas, varejo especializado);	Horas de consultor	60	R$ 335	R$ 20,1000	01/07/27	01/05/28
Ação 5.3	Identificação e apoio para captação junto a 5 potenciais parceiros para financiamento de agroindustrias	Horas de consultor	100	R$ 335	R$ 33,5000	01/07/27	01/05/28
META 6	**Divulgação e troca de conhecimento com 1000 agricultores e técnicos**						
Ação 6.1	Realização de 10 dias de campo, intercâmbios entre produtores e capacitações técnicas nas unidades demonstrativas, com a participação de 200 famílias;	Eventos regionais	10	R$ 8,500	R$ 85,000	19/10/26	01/05/28
Ação 6.2	Realização de um evento estadual de troca e apresentação de conhecimentos adquiridos, para 400 participantes.	Evento estadual	1	R$ 90,000	R$ 90,000	01/03/28	01/03/28
META 7	**Estruturação e Gestão do Projeto**						
Ação 7.1	Nivelamento metodológico e supervisão da equipe para execução de cada etapa	Pesquisadores/mês	75	R$ 5,000	R$ 375,000	19/10/26	01/05/28
Ação 7.2	Bolsa para COORDENAÇÃO GERAL	Unidade	24	R$ 8,000	R$ 192,000	19/10/26	01/07/28
Ação 7.3	Bolsa para COORDENAÇÃO ADJUNTA	Unidade	24	R$ 5,000	R$ 120,000	19/10/26	01/07/28
Ação 7.4	Bolsa para COORDENADOR TÉCNICO ESTADUAL	Unidade	24	R$ 8,000	R$ 192,000	19/10/26	01/07/28
Ação 7.5	Disponibilização de estrutura de logística - aluguel de veiculos	diárias	2400	R$ 175	R$ 420,000	19/10/26	01/07/28
Ação 7.6	Disponibilização de estrutura de logística - Combustível	Litro	23904	R$6.5	R$ 155,376	19/10/26	01/07/28
Ação 7.7	Disponibilização de estrutura de logística - Pedágios	Unidade	2640	R$ 6	R$ 15,840	19/10/26	01/07/28
Ação 7.8	Diárias para custeio de campo	Unidade	480	R$ 335	R$ 160,800	19/10/26	01/07/28
Ação 7.9	TRANSPORTE Coletivo	Unidade	5	R$ 5,000	R$ 25,000	19/10/26	01/07/28
Ação 7.10	Estruturação Administrativa - Fundação de Apoio IFSP	Verba	1	R$ **593.770,8**	R$ **593.770,8**	19/10/26	01/07/28
TOTAL				**R$5.991.686,8**			

QUADRO 3: ORÇAMENTO DETALHADO

EQUIPE DO PROJETO								
GRUPO	**RUBRICA**	**VALOR UNIT.**	**QUANTID.**	**DURAÇÃO**	**TOTAL**	**Parcela 1**	**Parcela 2**	**Parcela 3**
Gestão	COORDENAÇÃO GERAL	R$ 8,000	1	24	R$ 192,000	R$ 64,000	R$ 64,000	R$ 64,000
Gestão	COORDENAÇÃO ADJUNTA (ADM)	R$ 5,000	1	24	R$ 120,000	R$ 40,000	R$ 40,000	R$ 40,000
Gestão	COORDENADOR TÉCNICO ESTADUAL	R$ 8,000	1	24	R$ 192,000	R$ 64,000	R$ 64,000	R$ 64,000
Gestão	PESQUISADOR(A)	R$ 5,000	4	20	R$ 400,000	R$ 140,000	R$ 160,000	R$ 100,000
Equipe de campo	ARTICULADOR TECNICO TERRITORIAL	R$ 6,000	10	19	R$1,140,000	R$ 360,000	R$ 80,000	R$ 300,000
Equipe de campo	TECNICO DE CAMPO	R$ 4,000	10	20	R$ 800,000	R$ 240,000	R$ 320,000	R$ 240,000
Equipe de campo	BOLSISTA 1 (INSTITUIÇÃO DE PESQUISA)	R$ 900	4	20	R$ 72,000	R$ 21,600	R$ 28,800	R$ 21,600
Equipe de campo	BOLSISTA 2 COMUNIDADE	R$ 1,600	30	10	R$ 480,000	R$ 288,000	R$ 192,000	
	TOTAL GASTO COM PESSOAL				**R$3,396,000**	**R$1,217,600**	**R$1,348,800**	**R$ 829,600**
MATERIAL DE CONSUMO								
GRUPO	**RUBRICA**	**VALOR UNIT.**	**QUANTID.**	**DURAÇÃO**	**TOTAL**	**Parcela 1**	**Parcela 2**	**Parcela 3**
Área Modelo	Insumos	R$ 5,500	20	1	R$ 110,000			R$ 110,000
Área Modelo	Compra de mudas	R$ 8	6,200	1	R$ 49,600			R$ 49,600
Área Modelo	Preparo de solo	R$ 180	200	1	R$ 36,000			R$ 36,000
Área Modelo	Fretes	R$ 8	1,800	1	R$ 14,400			R$ 14,400
Estruturação	Diárias	R$ 335	24	20	R$ 160,800	R$ 53,600	R$ 53,600	R$ 53,600
Eventos	Encontro Territorial	R$ 8,500	10	1	R$ 85,000	R$ 42,500	R$ 25,500	R$ 17,000
Eventos	Encontro Estadual	R$ 90,000	1	1	R$ 90,000			R$ 90,000
	TOTAL MATERIAL DE CONSUMO				**R$ 545,800**	**R$ 96,100**	**R$ 79,100**	**R$ 370,600**
SERV. PESSOA JURIDICA								
GRUPO	**RUBRICA**	**VALOR UNIT.**	**QUANTID.**	**DURAÇÃO**	**TOTAL**	**Parcela 1**	**Parcela 2**	**Parcela 3**
Estruturação	TRANSPORTE	R$ 5,000	5	1	R$ 25,000			R$ 25,000
Estruturação	Combustível	R$ 6,5	996	24	R$ 155,376	R$ 51,792	R$ 51,792	R$ 51,792
Estruturação	Pedágios	R$ 6	110	24	R$ 15,840	R$ 5,280	R$ 5,280	R$ 5,280
Estruturação	Aluguel Veículo diária	R$ 175	100	24	R$ 420,000	R$ 120,000	R$ 140,000	R$ 160,000
Estruturação	Analise laboratoriais	R$ 80	240	2	R$ 38,400	R$ 19,200	R$ 19,200	
Consultorias	Consultorias diversas	R$ 335	45	20	R$ 301,500	R$ 80,500	R$ 100,500	R$ 120,500
	TOTAL SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA				**R$ 956,116**	**R$ 276,772**	**R$ 316,772**	**R$ 362,572**
MATERIAL PERMANENTE								
GRUPO	**RUBRICA**	**VALOR UNIT.**	**QUANTID.**	**DURAÇÃO**	**TOTAL**	**Parcela 1**	**Parcela 2**	**Parcela 3**
Área Modelo	EQUIPAMENTOS	R$ 50,000	10	1	R$ 500,000	R$ 250,000	R$ 250,000	
	TOTAL MATERIAL PERMANENTE				**R$ 500,000**	**R$ 250,000**	**R$ 250,000**	
	TOTAL PARCIAL				**R$ 5.397.916**			
	Estruturação Administrativa 11% - Fundação de Apoio IFSP				**R$ 593.770,80**	R$ 197.923,6	R$ 197.923,60	R$ 197.923,60
	TOTAL GERAL				**R$5.991.686,80**	**R$2.000.000**	**R$2.000.000**	**R$1.991.686,80**

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO: 10/26	VALOR: R$2.000.000,00
MÊS/ANO: 04/27	VALOR: R$2.000.000,00
MÊS/ANO: 04/28	VALOR: R$1.991.686,80
TOTAL	R$ 5.991.686,80

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
Outros serviços de terceiro – Pessoa Jurídica (33.90.39)	(Não)	R$ 5.397.916,72
Contribuições (Despesas Operacionais e Administrativas a serem cobertas pelo IFSP - 9%) (33.90.39)	(Sim)	R$ 593.770,08
TOTAL		R$ 5.991.686,80

12. PROPOSIÇÃO

São Paulo, na data de assinatura

Silmário Batista dos Santos
Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP

13. APROVAÇÃO

Brasília , na data da assinatura

Moisés Savian
Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental

Documento assinado eletronicamente por **Silmario Batista dos Santos**, **Usuário Externo**, em 06/11/2026, às 19:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MOISES SAVIAN**, **Secretário**, em 09/11/2026, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **57528864** e o código CRC **F2965493**.